



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 686/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes sobre as doenças sexualmente transmissíveis nos locais que especifica.

Art. 1º Fica obrigatória a afixação de cartazes educativos nos sanitários de uso público, cinemas, teatros, lojas de artigos eróticos, casas de massagem, saunas, hotéis, motéis e estabelecimentos do gênero, em local de fácil visualização e leitura, contendo informações básicas sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, bem como sobre as formas de evitá-las.

Parágrafo único Consideram-se, para efeito desta Lei, sanitários de uso público aqueles colocados à disposição da população em prédios públicos, estabelecimentos comerciais e eventos públicos ou privados.

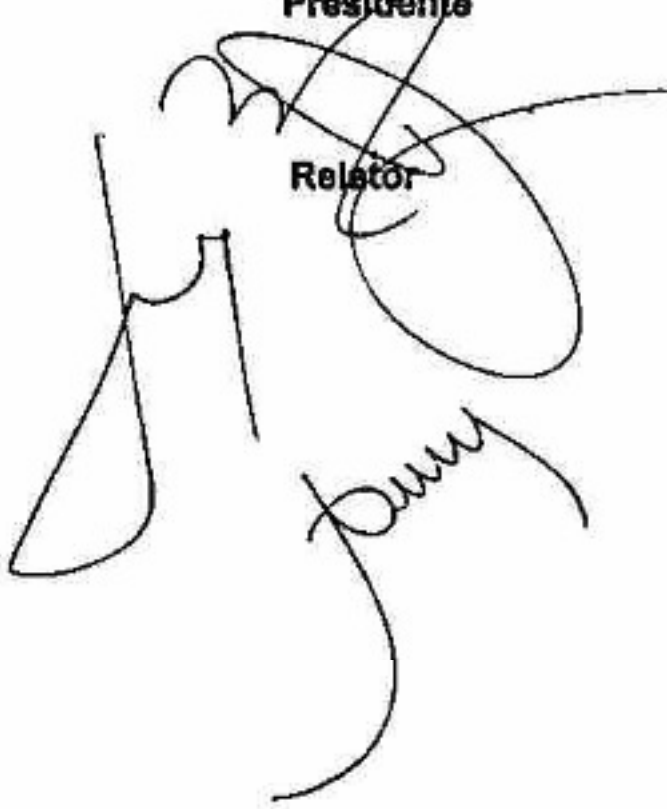
Art. 2º Os cartazes de que trata o *caput* do art. 1º, serão afixados no espaço interno dos locais e deverão conter número telefônico dos serviços de saúde e órgãos governamentais para atendimento e esclarecimento de dúvidas do cidadão.

Art. 3º O Poder Executivo, regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de agosto de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 740/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade do envio da cópia do contrato de adesão aos consumidores por carta registrada na modalidade de aviso de recebimento - AR.

Art. 1º Ficam as operadoras de serviços de telefonia móvel, fixa e de transmissão de dados via banda larga, assim como as de TV por assinatura, obrigadas a enviar aos clientes, no prazo de 7 (sete) dias corridos, cópia dos contratos de adesão e do termo aditamento de aviso de recebimento – AR.

Art. 2º Aplicar-se-ão as disposições contidas nesta Lei, aos contratos de adesão formalizados pela internet ou pelo serviço de telemarketing.

Art. 3º A inobservância das disposições contidas na presente Lei importará, no que couber, a aplicação das penalidades contidas no art. 56 da lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 (CDC).


Art. 4º Aos órgãos de defesa do consumidor do Poder Executivo e do Poder Legislativo, dentro de suas competências legais, cabe a adoção das medidas necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de agosto de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 236/12

Concede o Título de Cidadã Honorária do
Estado do Paraná à Desembargadora
Regina Helena Afonso de Oliveira Portes.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do
Estado do Paraná à Desembargadora Regina Helena Afonso de
Oliveira Portes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 08 de agosto de 2012.

Alexandre Curt
Presidente

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 042/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2012

[Signature]
1º Secretário

SÚMULA: DENOMINA "PREFEITO JOÃO PEREIRA PINTO" O TRECHO DA RODOVIA PR-497, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SÃO MANOEL DO PARANÁ E INDIANÓPOLIS.

Art. 1º Fica denominado "Prefeito João Pereira Pinto" o trecho da rodovia PR-497, entre os municípios de São Manoel do Paraná e Indianópolis

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 2012.

[Signature]
JONAS GUIMARÃES
DEPUTADO ESTADUAL

14120 28/02/2012 000943 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DE 10346



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury



JUSTIFICATIVA

João Pereira Pinta foi professor, secretário de educação e prefeito do município de São Manoel do Paraná.

Faleceu no dia 05 de junho de 2011 de problemas cardíacos, quando exercia o seu mandato de prefeito.

Era muito querido e respeitado em toda a região pela sua conduta ética e responsável, calma e educação, o que lhe rendeu muitos amigos.

Portanto, este projeto de lei tem a finalidade de homenagear uma figura pública da região noroeste do Paraná que sempre lutou pela educação e morreu lutando para melhorar a vida da população do município de São Manoel do Paraná e região. Visa, ainda, preservar a memória de um grande homem, que antes de professor e administrador público, era um ser humano extraordinário que deve ser tido como exemplo para as futuras gerações.

Conto com meus pares para que seja aprovado o presente projeto de lei para homenagear este ilustre cidadão paranaense.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 042/2012

Projeto de Lei nº 042/2012

Autor: Deputado Estadual Jonas Guimarães

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo denominar de Prefeito João Pereira Pinto, a Rodovia PR 497 - Percurso entre os Municípios de São Manoel do Paraná e Indianópolis.

EMBASAMENTO JURÍDICO

O artigo 65 da Constituição do Estado determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Arl. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador- Geral de Justiça e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece o artigo 238, da Constituição Estadual, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Além disso, a Lei Estadual nº 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infra-Estrutura e Logística e Departamento Nacional de Estrada e Rodagem - DER, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 22


Contudo, conforme Ofício supra citado, a rodovia a que se pretende denominar tem como Código correto "pr - 479" ao inv's de PR - 497, se necessária a Emenda Modificativa para corrigir o código da Rodovia do presente projeto de Lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.





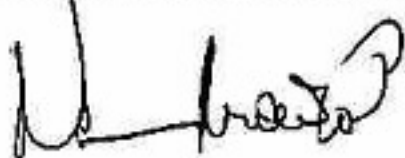
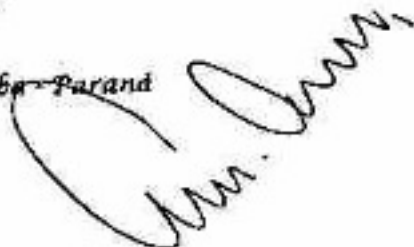
CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se APROVAÇÃO na forma da Emenda Modificativa do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR







Praça Nossa Senhora da Safete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Fls. 23

Emenda modificativa - Projeto de Lei nº 042/11

Com fulcro na que autoriza o artigo 137 § 4º da regimento interno dessa Casa de Léis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Denomina: "Prefeito João Pereira Pinto" o Trecho da Rodovia PR - 479, entre os Municípios de São Manoel do Paraná e Indianópolis."

"Art. 1º - Fica denominado - "Prefeito João Pereira Pinto" o Trecho da Rodovia PR - 479, entre os Municípios de São Manoel do Paraná e Indianópolis".

Sala das Comissões, em 15 de maio de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 MAIO 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

196/12


A Assembleia Legislativa do Paraná

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópole, com sede no município de Pato Branco.

Art 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópole, com sede no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 07 de maio de 2.012.


AUGUSTINHO ZUCCHI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A Pato Branco Tecnópole foi criada em 22 de setembro de 2.000. É uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), reconhecida pelo Ministério da Justiça e sem fins lucrativos.

A entidade é gestora do processo tecnológico do município de Pato Branco, alavancando iniciativas e gerando oportunidades para o desenvolvimento de Pato Branco e Região.

O objetivo do programa é a união de centros industriais e tecnológicos num mesmo espaço físico, em sintonia com instituições de ensino e pesquisa. O conceito básico do programa consiste na indução do desenvolvimento econômico de Pato Branco, através de investimentos nas áreas de Tecnologia de Informação e Comunicação, - (TIC)

Entre os parceiros da entidade estão a UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centro Tecnológico e Industrial do Sudoeste (CETIS), Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (LACTEC), Parque Tecnológico 1, Faculdade de Pato Branco (Fadep), Faculdade Mater Dei, Universidade Aberta do Brasil (Pólo de Pato Branco), PROEM – Programa de Empreendedorismo e Inovação, o Hotel Tecnológico, a Incubadora Tecnológica de Pato Branco, e o Núcleo de Tecnologia da Informação/Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação do Sudoeste do Paraná (NTI/APL), ainda, o Centro Regional de Tecnologias do Sudoeste (CDTIS), e as entidades empresárias ACEPB – Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco, o Sindicomércio – Sindicato Patronal Varejista de Pato Branco, FIEP – Federação das Indústrias do Paraná e SICREDI – Sistema de Crédito Cooperativo de Pato Branco.

O programa desenvolvido pela Pato Branco Tecnópole está baseado em três pilares: Conhecimento e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Qualidade de Vida.

Dentre as atividades executadas estão:

- Atualizar plano estratégico do parque Tecnológico de Pato Branco;
- Assessoria técnica e consultoria para elaboração do anteprojeto do Parque Tecnológico de Pato Branco;
- Implementar banco de dados das empresas, ativos e atores tecnológicos;
- desenvolver as competências: capacitação e desenvolvimento de softwares, colaborar na seleção de alunos para o processo de primeiro emprego e geração de renda;
- assessoria e consultoria mercadológica e jurídica, com gestão continuada às empresas emergentes de Tecnologia de Informação e Comunicação- TIC;
- realizar missões técnicas nacionais e internacionais;
- implementar site, gerar material de divulgação e infra-estrutura de equipamentos de informática para a equipe de gestão do Parque Tecnológico de Pato Branco;
- realizar eventos de motivação envolvendo os parceiros do programa e participar em eventos relacionados à Ciência e Tecnologia.

O agente propulsor da Pato Branco Tecnópole foi quando da instalação em 1987 do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, CEFET hoje UTFPR. Com o início das atividades do CEFET em 1993 surgiu a necessidade de um projeto que alavancasse um programa de crescimento auto-sustentável no município.



Com esse estímulo foram criados grupos de discussão formado por profissionais com competência de base tecnológica, e após estudos de caso adaptados à realidade do município, encontrou-se um modelo tecnopolitano, ou seja, um local que reúne em seu processo de desenvolvimento centros tecnológicos, institutos de pesquisa e incentivo empresarial para geração de bens e serviços.

Hoje, a Pato Branco Tecnópole orienta o caminho a ser seguido por Pato Branco, indicando soluções, agregando valores e impulsionando o programa através de ações.

A base TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação passou a receber destaque, a qual já responde de forma significativa, através de geração de emprego e renda, como por exemplo a instalação da Empresa Visum Sistemas Eletrônicos S.A, com mais de 1000 (um mil) empregos diretos.

Pato Branco tem demonstrado sucesso neste processo de transformação. O aumento da oferta de ensino superior associado a novas propostas de desenvolvimento através da tecnologia agrega conhecimento, qualidade de vida, geração de emprego e renda, além do envolvimento da comunidade como um todo.

Com a disseminação das TIC's como uma área de excelência para Pato Branco, por meio de parcerias com as academias, entidades e demais atores, somando-se a isso a retomada do Projeto do Parque Tecnológico Bi-Nacional entre o Município de Pato Branco, e a cidade de Posadas, Província de Misiones, na Argentina, o que contribui significativamente para a geração de uma cultura específica e inserção da comunidade no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Hoje, o município está inserido no contexto da Tecnologia da Informação e Comunicação de acordo com o eixo norteador de implantação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico Tecnológico, demonstrando a viabilidade do desenvolvimento tecnológico induzido através do conceito tecnopolitano.

Esse processo de transformação da matriz sócio-econômica está baseado no conceito Tecnópole, que surgiu na Europa, na década de 80 e transformou a economia local de muitas cidades européias. O conceito Tecnópole já é considerado uma referência nacional.

A importância da continuidade à formação da Tecnópolis de Pato Branco, como a ação "macro" dentro do Parque Tecnológico de Pato Branco, bem como a continuidade de formação e disseminação das TIC's, localmente e regionalmente, requer uma consolidação contínua de ativos e ações de desenvolvimento, visando fornecer subsídios para a sustentação do projeto.

Por estas considerações julgamos que a Pato Branco Tecnópole atende plenamente os requisitos para ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembleia Legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 196/2012

Projeto de Lei nº. 196/2012

Autor: Deputado Estadual Augustinho Zucchi

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópolis, com sede no Município de Pato Branco.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Pato Branco Tecnópolis, com sede no Município de Pato Branco/PR.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 140
00

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grão nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade da educação e pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

1 - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula o primeiro artigo qual é o foro da presente entidade, tornando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a LEI COMPLEMENTAR 98/95, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DL
Fls. 142
08

Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 143
08

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 196/12

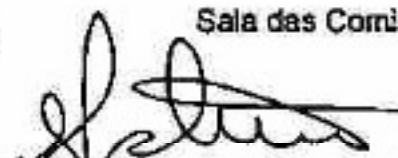
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

"Súmula: Declara de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópolis, com sede e foro no Município de Pato Branco".

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pato Branco Tecnópolis, com sede e foro no Município de Pato Branco".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 22 de 05 de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚCIO GENARI
RELATOR



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO VALDIR ROSSONI - DIGNÍSSIMO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À DEPARA VERIFICAR
REQUISITOS.

DATA: 21 MAR 2012

PRESIDENTE:

RECURSO AO PLENÁRIO N° 004/12

Projeto de Lei nº: 727/2011
Autoria: Dep. Prof. Lemos

*Autoria: Dep. Prof. Lemos
Relembro para informação
C. M. F. Borges
Assessoria Legislativa*

EMENTA: PROÍBE O TRATAMENTO
DISCRIMINATÓRIO ÀS GESTANTES QUE
PARTICIPAM DE CONCURSOS PÚBLICOS DE
PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO
DO PARANÁ.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no § 18 do artigo 51 e 33-A, § 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, inconformado com a rejeição ao Projeto de Lei em epígrafe, no âmbito da CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, tempestivamente, interpor **RECURSO AO PLENÁRIO**, pelas razões fáticas e jurídicas adiante delineadas, requerendo, seja o mesmo recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Termos em que,
Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

Prof. Lemos
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

17121 21/03/2012 09:16:20 DE ASSUNTO: RECURSO AO PLENÁRIO



1 - RAZÕES DO RECURSO

O presente Projeto visa proibir o tratamento discriminatório que vem sendo dispensado às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez, gera o desligamento e a exclusão da candidata em estado grávidico. Razão pela qual, tem por escopo, evitar esse desligamento e consequente exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando desses processos seletivos, haja vista, o estado em que se encontra naquele momento, porém, sendo compelida a submeter-se aos mesmos testes físicos que os demais candidatos em situações normais de saúde, o que poderá acarretar sérios riscos não só a gestante, mas à vida do nascituro.

A proposição não viola nenhum preceito legal, tão pouco, o Princípio da Isonomia, diferentemente, assegura direitos sociais garantidos no artigo 6º da Carta Magna, Lei Maior, Lei das Leis, como será demonstrado no transcorrer deste.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta OPINOU pela sua não aprovação, apontando vício de iniciativa.

Em definitivo, através do Relator Deputado Alexandre Curi, após análise sob os aspectos da Constitucionalidade e Legalidade, igualmente, OPINOU pela não aprovação, argumentando, da mesma forma, vício de iniciativa, acrescentando que uma vez aprovado acabará por *abrir precedentes* propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário, cujo Parecer submetido à votação, foi pela sua aprovação, rejeitando-se, portanto o referido Projeto.



Interposto Recurso à referida Comissão (CCJ), designou-se novo Relator na pessoa do deputado TADEU VENERI, o qual apresentou VOTO EM SEPARADO OPINANDO PELA CONSTITUCIONALIDADE do Projeto com base no artigo 6º da Constituição Federal, dentre outros.

Na sessão de 06/03/2012, concedeu-se Vista ao Deputado Ademar Traiano o qual apresentou Voto em Separado e contrário ao parecer do novo Relator, opinando pela Rejeição do Projeto.

Em Sessão da CCJ, submetido à votação em data de 20/03/2012, o Parecer Favorável do novo Relator, Deputado Tadeu Veneri, tomou-se voto vencido, mantendo-se, portanto, o Parecer do Relator originário pela Rejeição do Projeto, o que motivou este Parlamentar a Recorrer da Decisão daquela Comissão de Constituição e Justiça e interpor o presente Recurso junto ao Plenário desta Casa de Leis, o que o faz pelas seguintes razões de direito.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por *objetivo* evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, haja vista, o estado gravídico em que se encontra precisamente naquele momento, evitando assim, a ocorrência de riscos ao nascituro.

Em Editais de Concursos Públicos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física, é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.



Destarte, a proposição em debate pretende *preservar a saúde* tanto da gestante, quanto do nascituro, *quicá, até a vida* de ambos, ao mesmo tempo, impedir o desligamento de candidatas em função da impossibilidade momentânea causada pela condição gravídica de participarem de exames de capacitação física.

Ora, estamos tratando de uma garantia fundamental de cunho constitucional prevista em seu artigo 5º, qual seja, a vida, a qual se estará colocando em risco, repita-se, tanto da mãe quanto de seu filho que ainda não nasceu, quando por uma imposição, é obrigada a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições físicas.

A gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de *tortura*, bem como, a *tratamento desumano ou degradante*, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, inciso III, *ex vi*:

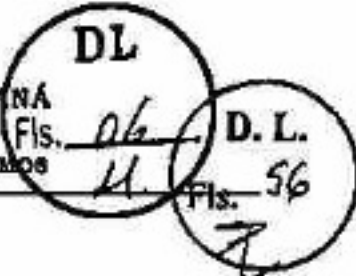
Art. 5º. Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - (...);

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (destaque).

1. QUANTO À INICIATIVA DO PRESENTE PROJETO:

Ao examiná-lo, percebe-se que a presente proposição está em consonância com as atribuições do Legislativo insertas no Regimento Interno desta ALEP, na Constituição Estadual e na Carta Magna, senão vejamos:



1.1 - No Regimento Interno:

A referida prerrogativa e competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, *salvo melhor entendimento*, está disposta no artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

1.2 - Na Constituição Estadual:

A Constituição do Estado do Paraná garante aos membros da Assembleia Legislativa a competência para *dispor sobre todas as matérias* de competência do Estado, *inclusive*, no que diz respeito ao assunto ora em debate, bem como, no tocante à iniciativa, conforme preceito *in verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

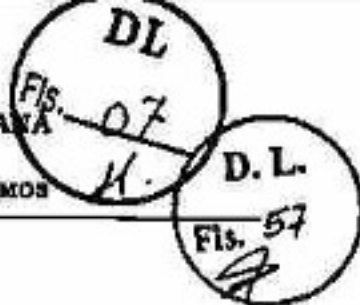
V - Planos e Programas Estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento; (grifamos).

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado. (grifo nosso).

XVI - matéria decorrente de competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal

art. 55 - a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição. (grifamos).



1.3 - Na Constituição Federal:

A Constituição da República atribuiu ao Poder Legislativo a competência para legislar sobre as matérias decorrentes da competência comum e concorrente, previstas nos seus art. 23 e 24, respectivamente, dentre as quais, questões atinentes a proteção e defesa da saúde, infância e juventude, senão vejamos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública (...); (grifo nosso);

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
(grifamos);

XV - proteção à infância e a juventude. (doatague);

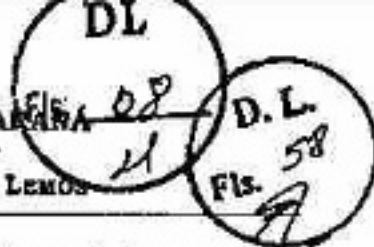
Sendo assim, dos dispositivos supra, abstrai-se que são permissivos que legitimam a apresentação do presente Projeto de Lei.

2. QUANTO À ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS:

O r. Parecer do Relator, consubstanciado no Parecer da Procuradoria Geral do Estado, embasou-se nos seguintes dispositivos:

2.1 - Forú o artigo 37, V da CF/88:

O artigo 37 dispõe acerca dos Princípios da Administração Pública a serem observados. No Referido Projeto não se vislumbra nenhuma afronta a tais princípios, em cujo inciso V, dispõe:



V - as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Equívocou-se na fundamentação retro, tanto o Relator, quanto a Procuradoria Geral do Estado, porque *a proposição em debate*, salvo melhor entendimento, não entra no mérito do inciso apontado (V), mas *apenas objetiva* evitar o desligamento e a exclusão da candidata que comprove sua gravidez quando dos processos seletivos em que haja exame de capacitação física, em razão do estado gravídico em que se encontra naquele momento.

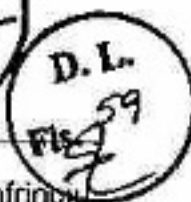
2.2 - Feriu os artigos 7º, 66, 87 VI e 163 da CE/PR:

Referente ao artigo 7º, numa análise sucinta, percebe-se que nenhuma infringência houve ao Princípio da Separação dos Poderes. A Proposição Legislativa não feriu o artigo 7º da Constituição Estadual, pois, está amparada através de uma autorização normativa que possibilita a interferência Parlamentar também na questão combatida. O dispositivo Constitucional Estadual abaixo é claro ao explicitar a *possibilidade de intervenção em todas as matérias, ex vi*, do artigo 53, bem como, corroborando, o artigo 65 da Carta Estadual:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, *dispor sobre todas as matérias de competência do Estado.* (destaque).

Art. 65 - A iniciativa de Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição Estadual.

Sendo assim, foi exatamente o que se fez através da apresentação do referido Projeto de Lei, pois o autor, ora recorrente, usou de suas prerrogativas ali inseridas.



Concemente ao artigo 66 supra, tal matéria também não lhe infringiu, ao contrário, encontra-se amparada neste, isto porque, tal dispositivo elenca o rol de proposições de Iniciativas exclusivas do Governador, cujo objeto da proposta em debate, ali não se insere, tão pouco, nos elencados no artigo 87 do mesmo Estatuto, vejamos:

Art. 66. Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do poder executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;
- III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

- I - representar o Estado nas suas relações jurídicas, políticas e administrativas;
- II - nomear e exonerar os Secretários de Estado;
- III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da Administração estadual;
- IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- VI - dispor sobre a organização e funcionamento da Administração estadual, na forma da lei; (destaque).
- VII - vetar projeto de lei, total ou parcialmente;
- VIII - solicitar a intervenção Federal no Estado, nos termos da Constituição Federal;
- IX - decretar e fazer executar a intervenção estadual nos Municípios, na forma desta Constituição;
- X - remeter mensagem e plano de governo à Assembleia Legislativa, expondo a situação do Estado;
- XI - Prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, relativamente ao ano anterior;
- XII - prestar informações solicitadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário, nos casos e prazos fixados em Lei;
- XIII - nomear agentes públicos, nos termos estabelecidos nesta Constituição;
- XIV - enviar à Assembleia Legislativa o Plano Plurianual, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Propostas de Orçamento, previstos nesta Constituição;



- XV - (Adm 2.208 - STF);
- XVI - prover e extinguir cargos públicos estaduais, na forma da lei e com as restrições previstas nesta Constituição;
- XVII - (Adm 2.208-STF);
- XVIII - celebrar ou autorizar convênios ou acordos com entidades públicas ou particulares, na forma desta Constituição;
- XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia;
- XX - mediante autorização da Assembleia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde quem, haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como, dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.

Ora, a proposição defendida, em momento algum tem o condão de dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Estadual, apenas visa garantir direitos sociais insertos no artigo 6º do Estatuto Magno, dispositivo desrespeitado pelo Estado do Paraná baseado em meros Editais e que, salvo engano, se sobrepõe, inclusive, a texto Constitucional, quando impede a participação de gestantes em concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná, quando dos processos seletivos em que haja necessidade do exame de capacitação física e que por ocasião da gravidez gera o desligamento e a exclusão da candidata.

No concernente ao artigo 183 da CE/PR, descabida a argumentação como fundamento reprovatório ao Projeto em combate, porque seu conteúdo em nenhum momento trata de questão atinente à Educação. Equivocou-se o r. Relator em sua fundamentação.

2.3. Que o presente projeto ao invés de propiciar e garantir à administração pública a participação de forma igualitária com preservação da dignidade da pessoa humana, acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário:

Com todo o respeito, *equivocado o Parecer*, pois, além de não reportar-se à legalidade e constitucionalidade da matéria, adentrou no mérito, o que foge de sua competência, mas cujo argumento foi discriminatório e preconceituoso.



Exatamente contrário à argumentação supra que embasou o parecer reprovatório do Relator originário é o objetivo da Proposta em confronto, pois *tal ação Governamental em assim continuando*, qual seja, obrigando a gestante a submeter-se aos mesmos tratamentos físicos a que se propõem outros candidatos em perfeitas condições de saúde e físicas com a finalidade de apenas dessa forma evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, *é que se constitui em afronta e afronta direta à dignidade da pessoa humana*, fundamento da República brasileira previsto no Inciso III do artigo 1º da Carta Magna, r.citado.

Importante ressaltar, que a gestante (Mãe ou futura Mãe) no estado delicado em que se encontra, ao ter de enfrentar exames de capacitação física para evitar o seu desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame, estará se submetendo a uma espécie de tortura, bem como, a tratamento desumano ou degradante, o que é vedado pela Constituição da República em seu artigo 5º, Inciso III, já delineado.

Ademais, da forma apresentada, *a proposição não viola o Princípio da Isonomia, diferentemente, garante direitos sociais inseridos no artigo 6º do Estatuto Magno*, qual seja: a saúde, o direito ao trabalho, a maternidade e infância, no caso em tela, da gestante e do nascituro.

Não é razoável a respeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se priva da plena realização da pessoa, enquanto indivíduo inserido na sociedade a qual elegeu o valor social do trabalho, um de seus fundamentos (CF, art. 1º, inciso IV) de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.

Ainda, *não prospera a alegação* de que "acabará por abrir precedentes propiciando aos partícipes que por ventura estejam incapacitados temporariamente, um tratamento igualitário".



Acerca do Princípio da Igualdade invocado pela Douta Procuradoria

Geral do Estado e que embasou o r. Parecer do Ilustre Relator Deputado Alexandre Curi e aceito pelos demais Membros da Comissão de Constituição e Justiça, posicionam-se de forma contrária os Professores Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino em sua obra Direito Constitucional Descomplicado (5ª Ed. São Paulo: Método, 2011, pg.46), lecionando que:

"O Princípio Constitucional da Igualdade (art.5º, caput, e inciso I) determina que se dê tratamento igual aos que se encontrem em situação equivalente e que se trate de maneira desigual os desiguais na medida de suas desigualdades. Ele obriga tanto o Legislador quanto o Aplicador da Lei (Igualdade na Lei e Igualdade perante a Lei). De modo que o Princípio Constitucional da Igualdade não veda que a Lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras; o que não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário, desprovido de razoabilidade, ou deixe de atender alguma relevante razão de interesse público. Exemplificando, o Princípio da Igualdade não impede tratamento discriminatório em concurso público, desde que, haja razoabilidade para a discriminação". (grifamos).

Sendo assim, o *Princípio da Igualdade não deve ser recepcionado como fundamento no sentido de reprovar a presente proposição, mas acolhido no sentido de que a matéria pretendida não veda o tratamento discriminatório entre indivíduos quando há razoabilidade para a discriminação*, exatamente o que se tem na questão debatida, qual seja, de um lado, a candidata gestante e com suas fragilidades em razão do seu estado gravídico momentâneo, e de outro, pessoas candidatas em perfeitas condições físicas de se submeterem a quaisquer tipos de esforços físicos no teste de aptidão.

A presente proposição da forma apresentada, visa proteger a saúde tanto da futura Mãe (gestante) quanto de uma vida intrauterina e extrauterina (recém nascido) encontrando amparo, salvo melhor entendimento, no título I – dos Princípios Fundamentais, em seu artigo 3º, inciso IV e artigo 6º da Lei Maior, que trata dos Objetivos Fundamentais da República e Direitos Sociais, ex vi:



Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - (...);

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outra forma de discriminação (...);

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.

Sendo assim, a presente Proposição Legislativa assegura o direito à vida, expresso no *caput* do art. 5º da Carta Magna, como sendo o mais elementar dos direitos fundamentais; *sem vida, nenhum outro direito pode ser fruído, ou sequer cogitado.*

De modo que, ao não se permitir que o Projeto de Lei em debate seja aprovado, estará possibilitando, em tese, *quicá, um provável aborto* sofrido pela Gestante quando do *enfrentamento forçado aos processos seletivos* em que haja exame de capacitação física, *em razão do estado gravídico e fragilidade física* em que se encontra naquele momento. Ora, a Constituição Federal protege a vida de forma geral, não só a extrauterina como também a intrauterina. Corolário da proteção que o Ordenamento Jurídico brasileiro concede à vida intrauterina é a proibição da prática do aborto, somente permitindo o aborto terapêutico, como meio de salvar a vida da gestante, ou o aborto humanitário, no caso de gravidez resultante de estupro (CP, art. 128).

Ainda, *corroborando com a argumentação em defesa da proposta até então rejeitada, demonstra-se que proposição similar a esta foi aprovada em outras Assembleias Legislativas*, dentre as quais, destaca-se a do Estado do Rio de Janeiro (PL nº 1.996/09 – aprovado em 1ª discussão em data de 14/09, de autoria da Deputada Inês Pandeló, cuja Súmula: “proíbe tratamento discriminatório a gestantes em concursos públicos impedindo o desligamento de candidatas em função da impossibilidade causada pela condição, de participarem de exames de capacitação física”. Publicada no DOERJ: 02/06/11, pg.11).



Portanto, diante dos dispositivos Constitucionais supramencionados, pode-se depreender, é perceptível que ao Legislativo incumbe a iniciativa da proposta, razão pela qual, *subentende-se a Constitucionalidade do presente Projeto*, não se vislumbrando nenhum vício de iniciativa.

Sendo assim, é cediço que a rejeição do Projeto de Lei em debate será prejudicial a esta Casa de Leis que reza pelo bem estar da coletividade e sem qualquer distinção, principalmente em se tratando de assuntos relacionados à direitos Constitucionais legítimos relacionados à saúde da Gestante. De Modo que, inviabilizar o trâmite de Projetos meritórios como este é agir em contrariedade ao interesse público, pelo que não se espera.

Por todo o exposto retro, requer seja o presente Recurso recebido e submetido ao Plenário para deliberação na forma regimental.

Sala das Sessões, em 27 de março de 2012.

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.

Is. 02

PROJETO DE LEI

Nº 727/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 SET. 2011

Pravati
1º Secretário

SÚMULA: Proíbe o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná.


A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ DECRETA:

Artigo 1º - Fica proibido o tratamento discriminatório as gestantes participantes de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único- Nos processos seletivos em que haja exame de capacitação física não é permitido o desligamento e a exclusão da candidata que comprovar gravidez.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de setembro de 2011


PROF. LEMOS
Deputado Estadual

19:26 06-09-2011 006369 DT ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos

D. L.
s. 03

JUSTIFICATIVA

Em editais de concursos públicos realizados no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Paraná compostos por exames de capacitação física é comum existir a previsão do desligamento do processo de seleção para candidatas que apresentam o estado de gravidez durante a realização do certame.

Tal disposição afronta diretamente a dignidade da pessoa humana, fundamento da república brasileira, previsto no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal, além de violar também o princípio da isonomia, garantido constitucionalmente pelo artigo 5º, caput e inciso I.

Não é razoável, a despeito da alegada incompatibilidade com os testes físicos específicos realizados durante a seleção e a condição de gestante, que se prive da plena realização da pessoa enquanto indivíduo inserido na sociedade - a qual elegeu o valor social do trabalho um de seus fundamentos (CF, art. 1º, IV) - de modo a ensejar sua exclusão do mercado de trabalho.

A referida discriminação que se combate com a presente proposição revela uma concepção ultrapassada do papel da mulher na sociedade, abolida do ordenamento jurídico em vigor no país desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Isto é, parece que a mulher deve decidir entre ter filhos e trabalhar, uma vez que a realização de ambas as tarefas é posta como incompatível.

Além disso, falta a fundamentação necessária para demonstrar a suposta incompatibilidade da condição de gestante com os testes físicos específicos a serem exigidos durante o processo de seleção. Com base em quais dados e fatos se estabelece tal afirmação? Ainda assim, deveria ser buscado adequar a seleção dos concorrentes sem gerar nenhum tipo de tratamento prejudicial para gestantes, privando-as de direitos fundamentais tão caros a qualquer indivíduo.



VETO

Nº
030/12.



OF/CTL/CC nº 1493/2012.

Curitiba, 29 de junho de 2012

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em 02/07/2012
Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 115/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 579/2011, por considerá-lo Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

Dispõe o autógrafo que, havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme a tabela que especifica, de seus trabalhadores com curso de qualificação com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Segundo a justificativa apresentada, um dos objetivos do Projeto de Lei nº 579/2011 é a preservação da saúde e da segurança dos profissionais de limpeza. Senão, vejamos:

As classes de risco de toxicidade dos produtos de limpeza indicam o grau de periculosidade para a saúde, eis a necessidade da qualificação para saber classificar e controlar o uso e disposição física dos espaços onde os materiais são estocados, empregando atenção especial a materiais perecíveis ou de certo grau de periculosidade, conforme especificações dos mesmos e normas técnicas vigentes.

Vale lembrar, também, que empregados que prestam serviço de limpeza e conservação ficam à exposição de produtos químicos e riscos biológicos. É uma realidade do dia a dia desta profissão a limpeza principalmente com recolhimento de lixo e limpeza com produtos químicos, gerando exposição a diversos agentes biológicos, mesmo com atuação de luvas. O contato ocorre também pela via respiratória, o que caracteriza a qualificação de insalubridade em grau máximo, ou

Alguns princípios constitucionais balizam a formulação das disposições legais. Do princípio do Estado de Direito e de alguns postulados dele derivados podem-se inferir alguns requisitos que devem nortear a elaboração de atos normativos.

O princípio do Estado de Direito exige que as normas jurídicas sejam dotadas de alguns atributos, tais como precisão ou determinabilidade, clareza, densidade suficiente para permitir a definição das posições juridicamente protegidas e o controle de legalidade da ação administrativa.

O princípio da segurança jurídica, elemento fundamental do Estado de Direito, exige que as normas sejam pautadas pela precisão e clareza, permitindo que o destinatário das disposições possa identificar a nova situação jurídica e as consequências que dela decorrem. Devem ser evitadas, assim, as formulações obscuras, imprecisas, confusas ou contraditórias.

Como se não bastasse, o Projeto 579/2011 comete outro equívoco de técnica legislativa: em nenhum momento o diploma busca harmonizar-se com as disposições constantes da legislação básica aplicável às contratações públicas (Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual 15.608/2007). Não é vedado ao legislador editar novas disposições normativas ordinárias. Todavia, não pode fazê-lo de maneira assistemática, ignorando o arcabouço jurídico já existente. Nessa linha, convém destacar o art. 7º, IV, da Lei Complementar Federal 95/1998:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destina a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. (grifei)

Aliás, não se trata de mero deslize formal. É que, na prática, o Projeto 579/2011 acrescenta um novo requisito de habilitação, onerando ainda mais a prestação de um serviço de baixa complexidade, que não exige um especial preparo

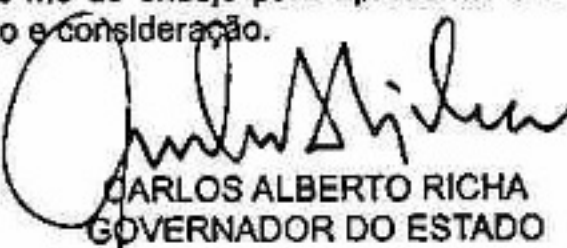
Reformado do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 11, setembro/outubro/novembro, 2007. Disponível na Internet: <<http://www.direitodocestado.com/revista/RERE-11-SETEMBRO-2007-GILMAR%20MENDES.pdf>>. Acesso em 27 de junho de 2012.

por parte de seus executores. Com esse novo fardo econômico, imagina-se uma sensível redução no contingente de empresas aptas a participar dos procedimentos licitatórios do setor de limpeza, o que pode dificultar a busca, pela Administração Pública, da proposta mais vantajosa. Esse resultado comprometeria o princípio da competitividade, tal como disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, que restringe as exigências de qualificação técnica e econômica àquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, o que não é o caso do requisito previsto pelo Projeto de Lei 5679/2011. Nunca é demais sublinhar que o art. 30, § 1º, I, da Lei Federal 8.666/1993 e o art. 76, II, da Lei Estadual 15.608/2007 limitam os requisitos de qualificação técnica àqueles profissionais responsáveis pela realização do objeto⁸. Por relevante, permite-se a transcrição do seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

Licitação estadual. Exigência de declaração relativa à segurança e à saúde do trabalhador expedida por repartição federal. Não tem pertinência com a garantia do cumprimento do contrato objeto da licitação no âmbito estadual a exigência de declaração expedida por repartição federal relativa à segurança e à saúde do trabalhador. A exigência assim feita viola o art. 37, XXI, da CF. (RE 210.721, rel. min. Menezes Direito, Primeira Turma, DJE de 8-8-2008)

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot. 11.132.608-1

8 GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos (Casos e Polêmicas)* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 35-37.

seja, "o ambiente de trabalho hostil à saúde, pela presença de agentes agressivos ao organismo do trabalhador acima dos limites de tolerância permitidos pelas normas técnicas".

Certo: os Estados detêm competência para editar atos administrativos e legislativos destinados à tutela da saúde. Nessa linha, permita-se a transcrição dos seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ocorre que os bens jurídicos aparentemente tutelados pela norma integram o rol constitucional de direitos sociais dos trabalhadores. Confira-se, a esse respeito, o inciso art. 7º, XXII, da Constituição da República:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Nesse contexto, não custa lembrar que a União possui competência privativa realizar a inspeção do trabalho e para legislar sobre direito do trabalho e sobre condições para o exercício de profissões, nos termos dos artigos 21, XXIV

e 22, I e XVI, da Constituição federal:

Art. 21. Compete à União:

(...)

XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

1 - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

(...)

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Cabe, portanto, a seguinte indagação: qual é, afinal, o Ente Político competente para legislar sobre a matéria em exame?

Até o presente momento, a Suprema Corte não adotou um critério absolutamente seguro para solucionar esse tipo de controvérsia. Todavia, ainda que implicitamente, a jurisprudência do STF parece enxergar, no aspecto da especialidade, um parâmetro legítimo de aferição da (in)constitucionalidade formal orgânica dos diplomas legislativos submetidos à sua análise. São esclarecedoras estas palavras do constitucionalista André Ramos Tavares¹:

Na ADIn-MC 903-6/MG, cujo objeto foi a Lei n. 10.820/92, do Estado de Minas Gerais, responsável por disciplinar o transporte coletivo intermunicipal de pessoas portadoras de deficiência (art. 1º da Lei: 'As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal ficam obrigadas a promover adaptações em seus veículos, a fim de se facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física e de pessoas com dificuldades de locomoção', suscitou-se dúvida acerca da categorização da Lei (ou seja, de sua temática) em questão. Consistira ela de

1 TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional – 10ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1156/157.

matéria afeta ao trânsito e transporte, e, portanto, de competência privativa da União ou afeta à proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, e, portanto, afeta ao 'condomínio legislativo'? Obviamente que a lei tratava de ambas as questões. Porém, como determinar qual deverá prevalecer e, desta feita, conduzir a definição da competência legislativa?

(...)

Há (...) um elemento que merece destaque. Segue-se o excerto do voto do Ministro CELSO DE MELLO, relator da ADIn mencionada: 'Alega-se que a União Federal absteve-se, até o presente momento, de editar a legislação nacional pertinente ao tema específico da adoção, pelas empresas que exploram o serviço de transporte coletivo, de providências destinadas a garantir, às pessoas portadoras de deficiência, acesso adequado aos veículos automotores.

'Mesmo a normação federal insuficiente, que se haja omitido na disciplinação legislativa do matéria tópica, legítima o exercício, pelos Estados-membros, da competência normativa plena' (ADIn-MC 903-6/MG, rel. Min. Celso de Mello, DJ 24-10-1997, original grifado).

(...)

Disto, poder-se-ia inferir importante critério para definir se determinada lei é de competência privativa da União ou do 'condomínio legislativo', a saber, a especialidade da lei. No caso em questão, trata-se, especificamente, do acesso e da proteção do portador de deficiência. Daí avocar-se o art. 24, XIV, e não o art. 22, XI, da CB. Portanto, seria o objeto específico da lei que nortearia a sua classificação/taxionomia. Logo, é preciso apartar assuntos díspares que são concomitantes a partir da finalidade da lei. Sendo objetivo primordial a tutela do portador de deficiência, o ambiente no qual esta tutela é imposta deve ser considerado uma matéria secundária em relação ao objetivo da legislação.

Ora, tendo em vista o plano formal orgânico e considerando o critério da especialidade, chega-se à conclusão de que o Projeto de Lei nº 579/2011 não pode ser validamente editado pelo Estado do Paraná.

Com efeito, o Projeto em foco limita-se a dispor sobre a saúde e a segurança dos profissionais da asselo e conservação em seu ambiente de trabalho. Não é preciso muito esforço para concluir que a matéria está compreendida entre os temas do Direito do Trabalho, disciplina regulada necessariamente pela União Federal, conforme os artigos 21, XXIV e 22, I, da Constituição republicana. Aliás, uma rápida leitura dos artigos 154 a 201 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT confirma a ilação. Além disso, ao exigir a realização de cursos de qualificação pelos profissionais de limpeza, o Projeto Impõe condições ao exercício de uma profissão, o que somente pode ser realizado mediante lei editada pela União Federal, nos termos do art. 22, XVI, da Lei Maior. Não é outra jurisprudência do Supremo:

EMENTA: Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei 1.314, de 1º-4-2004, do Estado de Rondônia, que Impõe às empresas de construção civil, com obras no Estado, a obrigação de fornecer leite, café e pão com manteiga aos trabalhadores que comparecerem com antecedência mínima de quinze minutos ao seu primeiro turno de labor. Usurpação da competência da União para legislar sobre direito do trabalho (inciso I do art. 22). Ação julgada procedente. (ADI 3.251, rel. min. Ayres Brito, Plenário, DJ de 19-10-2007)

EMENTA: 1. Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei Distrital no 3.136/2003, que "disciplina a atividade de transporte de bagagens nos terminais rodoviários do Distrito Federal". 3. Alegação de usurpação da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (CF, art. 22, I) e/ou sobre "condições para o exercício de profissões" (CF, art. 22, XVI). 4. Com relação à alegação de violação ao art. 22, I, da CF, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é o caso de declarar a Inconstitucionalidade formal da Lei Distrital no 3.136/2003, em razão da Incompetência legislativa das unidades da federação para legislar sobre direito do trabalho. Precedentes citados: ADI no 601/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão, Pleno, unânime, DJ 20.9.2002; ADI no 953/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, unânime, DJ 2.5.2003; ADI-MC no 2.487/SC, Rel. Min. Morelra Alves, Pleno, unânime, DJ 1.8.2003; ADI no 3.069/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno,

unânime, DJ 16.12.2005. 5. Quanto à violação ao art. 22, XVI, da CF, na linha dos precedentes do STF, verifica-se a Inconstitucionalidade formal dos arts. 2º e 8º do diploma impugnado por versarem sobre condições para o exercício da profissão. Precedente citado: ADI-MC no 2.752/DF, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, maioria, DJ 23.4.2004. 6. Ainda que superado o reconhecimento de ambas as Inconstitucionalidades formais indicadas, com relação ao art. 1º da Lei Distrital, verifica-se violação ao art. 8º, VI, da CF, por afrontar a "liberdade de associação sindical", uma vez que a norma objeto desta impugnação sujeita o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens à prévia filiação ao sindicato da categoria. 7. Ação direta julgada procedente para declarar a Inconstitucionalidade da legislação impugnada. (ADI 3587, rel. min. Gilmar Mendes, Plenário, DJ 22-02-2008)

EMENTA: Ação direta de Inconstitucionalidade: L. Distrital 3.705, de 21.11.2005, que cria restrições a empresas que discriminarem na contratação de mão-de-obra: **Inconstitucionalidade declarada.** 1. Ofensa à competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação administrativa, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais de todos os entes da Federação (CF, art. 22, XXVII) e para dispor sobre Direito do Trabalho e Inspeção do trabalho (CF, arts. 21, XXIV e 22, I). 2. Afrenta ao art. 37, XXI, da Constituição da República - norma de observância compulsória pelas ordens locais - segundo o qual a disciplina legal das licitações há de assegurar a "igualdade de condições de todos os concorrentes", o que é incompatível com a proibição de licitar em função de um critério - o da discriminação de empregados inscritos em cadastros restritivos de crédito -, que não tem pertinência com a exigência de garantia do cumprimento do contrato objeto do concurso. (ADI 3870, rel. min. Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ 18-05-2007)

Do ponto de vista material, o Projeto de Lei nº 579/2011 também possui diversas inconsistências.

Em primeiro lugar, destaca-se o art. 2º, parágrafo único, do Projeto: "caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta Lei, a empresa será desclassificada do certame público".

Não é vedado ao Estado fomentar projetos que importem no incremento da qualificação técnica dos profissionais da esfera privada. No entanto, a penalidade imposta aos licitantes da área de limpeza constitui **desarrazoada intervenção no domínio econômico**, na medida em que impõe aos agentes privados a absorção compulsória de uma diretriz que, a rigor, deveria ser meramente indicativa, nos termos do art. 174 da Constituição republicana².

Além disso, por restringir a forma pela qual a empresa organiza os seus fatores de produção, a drástica "desclassificação" dos licitantes que descumpram o art. 1º interfere no âmbito nuclear de sua **liberdade de iniciativa**³, violando o disposto no art. 1º, IV c/c art. 170, caput e IV, todos da Constituição Federal⁴.

Mais importante: o Projeto claramente viola o **princípio da igualdade** (art. 5º, caput c/c art. 37, XXI, da Constituição Federal⁵). Explico.

Considerando os licitantes em geral, o Projeto viola o princípio da igualdade na medida em que impõe uma obrigação apenas a uma determinada classe de licitantes, sem que haja justificativa plausível para isso. Ora, se a obrigatoriedade dos cursos de qualificação contribui para o aumento do padrão de qualidade dos serviços prestados, então nada justifica que somente os empresários dedicados ao ramo da limpeza sejam obrigados a implementar a medida.

Nessa linha, a mais autorizada doutrina constitucionalista rechaça completamente a restrição de direitos individuais pela via de leis casuísticas. A esse respeito, confira-se o magistério de Gilmar Ferreira Mendes apolado em Gomes Canotilho e na doutrina alemã:

- 2 Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- 3 Sobre situação análoga, cf. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos (Casos e Polêmicas)* – 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 37.
- 4 Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: (...) IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV – livre concorrência.
- 5 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...); Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Outra limitação implícita que há de ser observada diz respeito à proibição de leis restritivas, de conteúdo casuístico ou discriminatório. Em outros termos, as restrições aos direitos individuais devem ser estabelecidas por leis que atendam aos requisitos da generalidade e da abstração, evitando, assim, tanto a violação do princípio da igualdade material quanto a possibilidade de que, por meio de leis individuais e concretas, o legislador acabe por editar autênticos atos administrativos.

(...)

Com amplamente admitido na doutrina, tal princípio deriva do postulado material da igualdade, que veda o tratamento discriminatório ou arbitrário, seja para prejudicar, seja para favorecer.

Resta evidente, assim, que a elaboração de normas de caráter casuístico afronta, de plano, o princípio da isonomia.

É de observar, outrossim, que tal proibição traduz uma exigência do Estado de Direito democrático, que se não compatibiliza com a prática de atos discriminatórios e arbitrários. (...)

Se não há dúvidas de que, também entre nós, revela-se inadmissível a adoção de leis singulares, individuais ou pessoais com objetivo de restringir direitos, cumpre explicitar as características dessas leis. Segundo Canotilho, lei individual restritiva inconstitucional é toda lei que:

- imponha restrição aos direitos, liberdades e garantias de uma pessoa ou de várias pessoas determinadas;

- imponha restrições a uma pessoa ou a um círculo de pessoas que, embora não determinadas, podem ser determináveis por intermédio da conformação intrínseca da lei e tendo em conta o momento de sua entrada em vigor.

O notável publicista português acentua que o

critério fundamental para a identificação de uma lei individual restritiva não é a sua formulação ou o seu enunciado linguístico, mas o seu conteúdo e respectivos efeitos. **Dal reconhecer a possibilidade de leis individuais camufladas, isto é, leis que, formalmente, contêm uma norma geral e abstrata, mas que, materialmente, segundo o conteúdo e efeitos, dirigem-se a um círculo determinado ou determinável de pessoas⁶.**

Problema diverso encontra-se materializado nas cabeças dos artigos 1º e 2º do Projeto, assim redigidas:

Art. 1º Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Art. 2º Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Antes de mais nada, o art. 1º não explicita a natureza do curso de qualificação a ser exigido dos trabalhadores do ramo de asseio e conservação. Além disso, afirma apenas que o certificado do mencionado curso será expedido por entidade com notória especialização na área, igualmente sem qualquer especificação.

Em acréscimo, é patente a impropriedade do art. 2º no que se a "cláusulas pétreas". A uma, porque o legislador sempre deve "usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando" (art. 11, Inciso I, Lei Complementar Federal 95/98). A duas, porque a expressão, no seu sentido técnico-jurídico, está completamente deslocada de seu eixo temático: o dos limites materiais ao poder constituinte de reforma (art. 60, § 4º, CRFB).

Vê-se, portanto, que os artigos 1º e 2º do Projeto da Lei 579/2011 **sofrem de obscuridade, o que compromete a plena eficácia do princípio constitucional da segurança jurídica (art. 5º, caput).** Não é outra a lição de Gilmer Ferrelra Mendes⁷:

6 MENDES, Gilmar Ferreira. *Curso de Direito Constitucional* – 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 264/265

7 MENDES, Gilmar Ferreira. *Questões Fundamentais da Técnica Legislativa*. Revista Eletrônica sobre a



Projeto de Lei nº 579/11
(Autoria do Deputado Cleiton Kleise)

Dispõe sobre um percentual obrigatório de trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

Parágrafo único. O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – até o ano de 2016 – 16% (dezesseis por cento);
- VI – até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);
- IX – até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);
- X – até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

Art. 2º Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta Lei, a empresa será desclassificada do certame público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

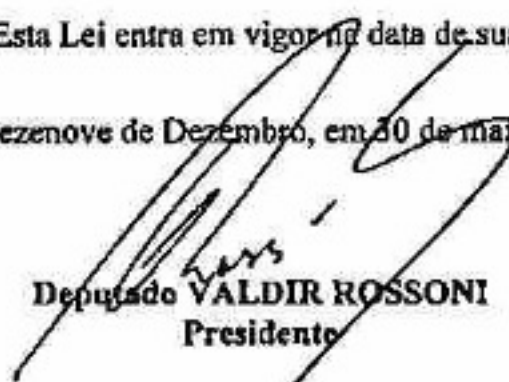


Projeto de Lei nº 579/11

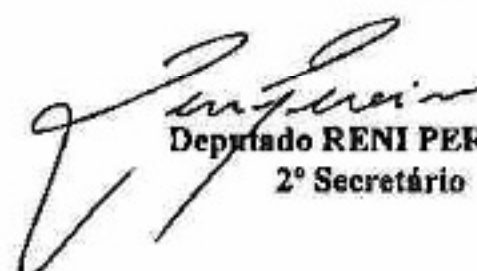
fls.2.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 30 de maio de 2012.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 030/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 030/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1493/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 579/2011, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 579/11, de autoria do Deputado Cleiton Kielse que, dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo Inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

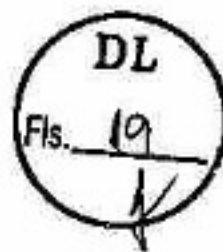
§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao Interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 579/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 11 de junho de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 030/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 29 de junho de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR

APROVADO

em nome de 10/07/12